

REQUERIMENTO Nº ____/2015

(Do Sr. VALTENIR PEREIRA)

Requer a constituição de Grupo de Trabalho Conjunto, com funcionamento em forma de "Fórum Permanente" de debates, composto de Trabalhadores, Empresários e membros do Governo para construir alternativas aos impactos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a constituição de um **Grupo de Trabalho**, com funcionamento em formato de "Fórum Permanente" de debates, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e com a Comissão de Minas e Energia, para construir alternativas aos impactos e os efeitos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia.

Para tanto, propomos que o referido **Grupo de Trabalho**, com funcionamento em formato de "Fórum Permanente" de debates, seja integrado por membros do Governo Federal, Presidentes de Empresas Estatais, Prefeitos, representantes dos Trabalhadores e do Empresariado, além das Entidades Não Governamentais, consoante segue:

1. Vice Presidente da República - Michel Temer;
2. Governador do Rio de Janeiro - Luiz Fernando Pezão;
3. Ministro Chefe da Casa Civil - Aloizio Mercadante;
4. Ministro da Fazenda - Joaquim Levi;
5. Ministro do Planejamento Orçamentário e Gestão - Nelson Barbosa;
6. Ministro de Minas e Energia - Eduardo Braga;

- 7.** Ministro Advogado-Geral da União – Luis Inácio Adams;
- 8.** Presidente da Petrobras - Ademir Bendine;
- 9.** Diretor Presidente e de Relacionamento com Investidores da Empresa Sete Brasil S.A. - Luiz Eduardo Guimarães Carneiro;
- 10.** Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Vagner Freitas;
- 11.** Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) - José Maria Rangel;
- 12.** Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - Olímpio Alves dos Santos;
- 13.** Presidente do Fórum Intersindical Nacional dos Trabalhadores da Construção Naval e Offshore - Joacir Pedro;
- 14.** Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras Dayvid Bacelar;
- 15.** Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Transpetro - Raildo Viana do Nascimento Júnior;
- 16.** Representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos –Edson Rocha;
- 17.** Presidente do SINDIPETRO da Bahia – Valter Paixão;
- 18.** Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e Reparação Naval e *Offshore* (SINAVAL). - Ariovaldo Rocha;
- 19.** Prefeito Municipal do Município de São Jerônimo-RS - Marcelo Luiz Schreinert, no Polo Naval do Vale do Jacui;
- 20.** Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) - Robson Braga de Andrade,
- 21.** Presidente do Sistema FIRJAN - Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira;
- 22.** Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - Heitor José Müller;
- 23.** Presidente da Federação das Indústrias do Paraná - Edson Campagnolo;
- 24.** Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - Glauco José Côrte;
- 25.** Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo - Marcos Guerra;
- 26.** Presidente da Federação das Indústrias da Bahia - Antonio Ricardo Alvarez Alban;
- 27.** Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco - Jorge Côrte Real;
- 28.** Representante do Conselho Federal Engenharia e Arquitetura – José Tadeu da Silva;
- 29.** Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia – Marco Antônio Amigo.

JUSTIFICATIVA

Em 19/06/2015 – sexta-feira foi realizada Visita Técnica à sede da PETROBRAS, na Cidade do Rio de Janeiro, antecedida de reunião com representantes de trabalhadores e empresários, com o objetivo de buscar a implementação de ações de curto, médio e longo prazos que minimizem os efeitos negativos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, definindo caminhos técnicos, políticos, jurídicos e econômicos para, sem prejuízo da punição aos responsáveis por atos ilícitos, barrar o desemprego em massa e evitar que empresas brasileiras quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros, e ainda coloquem em risco a engenharia nacional, importante indutora de desenvolvimento.

Na ocasião foi apresentada proposta de constituição de um espaço onde todos pudessem se reunir e dar suas contribuições visando resolver, na prática, problemas que têm afetado diretamente a boa parte da cadeia produtiva industrial brasileira, responsável por aproximadamente 1/7 do Produto Interno Bruto nacional.

Desse modo, é imperativo a constituição do **Grupo de Trabalho**, com funcionamento em formato de “Fórum Permanente” de debates, integrado por membros do Governo Federal, Presidentes de Empresas Estatais, Prefeitos, representantes dos Trabalhadores e do Empresariado, além de Entidades Não Governamentais, para debater, com conhecimento de causa, os impactos e os efeitos negativos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, definindo caminhos técnicos, políticos, jurídicos e econômicos para, sem prejuízo da punição aos responsáveis por atos ilícitos, barrar o desemprego em massa e evitar que empresas brasileiras quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros e ainda coloquem em risco a engenharia nacional, importante indutora de desenvolvimento do Brasil.

BREVE RESGATE HISTÓRICO

Na verdade, precisamos encontrar saídas para evitar a bancarrota das maiores empresas de engenharia do país, de modo a garantir que os empregos por elas gerados sejam protegidos, sem esquecer, é claro, o total apoio à punição dos corruptos, lembrando que, como bem assinalou o Sr. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, Presidente da FIRJAN, em evento realizado pela CFFC no Rio de Janeiro,

em 27 de março de 2015: "**O tempo econômico é muito mais curto que o tempo jurídico e o tempo político**".

Cumpra assinalar que estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV concluiu que a paralisação dos contratos entre Petrobras e as empresas investigadas na "Operação Lava Jato" pode tirar R\$ 87 bilhões de reais da economia brasileira em 2015. Equipamentos que estavam sendo fabricados/construídos no Brasil poderão ser confeccionados no exterior. Exemplo é o fim do contrato entre a Petrobras e a empresa IESA, que estava construindo módulos de exploração de petróleo no Rio Grande do Sul, no polo naval do Jacui, no município de São Jerônimo.

Somente no Polo Naval do Jacui, estavam previstos a construção de 32 Módulos com investimentos aproximados de U\$732 milhões de dólares, o equivalente a R\$2 bilhões de reais, e todo esse investimento está sendo transferido para ser concluído na China.

A par disso, o senhor Ariovaldo Rocha, presidente do **SINAVAL**, em entrevista a Rádio Câmara no mês de abril de 2015 registrou: "*Esses Módulos, eles estão sendo negociados com a Cosco na China e com a Tailândia, uma outra empresa que desconhecemos. Deixará de dar emprego no Brasil e gerando emprego e renda em outros países e trazendo para nós uma série de dificuldades*"

É inegável que o bloqueio das empresas brasileiras construtoras de sondas e plataformas para exploração de petróleo, com mais de 324 obras espalhadas pelo Brasil, transferindo esses contratos para empresas estrangeiras (China, Tailândia, Singapura e outros), vai provocar um esmagamento das empresas nacionais e de toda cadeia de produção montada por empresas subsidiárias para atender às necessidades estratégicas de desenvolvimento nacional.

O que se percebe é a clara intenção de usar as investigações da "Operação Lava Jato" para fragilizar, ou melhor, detonar o conteúdo nacional. É hora de termos responsabilidade social com o Brasil.

A engenharia brasileira e o risco da desnacionalização, foi tema de **Artigo**, assinado pelo presidente do Clube de Engenharia – Brasil e membro das Academias de Educação e Engenharia, **Francis Bogossian**, Publicado no dia 27/01/15, **no Jornal do Commercio**, editoria Opinião, já antevendo os prejuízos para a engenharia brasileira, defendeu as empresas nacionais: "A

corrupção não pode ser um pretexto para a abertura indiscriminada do nosso mercado aos produtos e serviços estrangeiros, fragilizando as empresas brasileiras e, até mesmo, fazendo-as sucumbirem, como se viu ocorrer em outros países, inclusive produtores de petróleo. A engenharia brasileira desenvolveu know how, que tornou suas empresas altamente competitivas. Não à toa, elas constroem pelo mundo inteiro."

Desse modo, devemos ter a clareza e a responsabilidade de compreender a importância e a necessidade da "Operação Lava Jato" no combate à corrupção, mas não podemos nos esquecer dos riscos que os desdobramentos das investigações têm produzido na economia brasileira. Não é demais registrar que a "Operação Lava Jato", por via transversa, está levando o Brasil à recessão e fragilizando as empresas nacionais. Por isso, é hora de uma discussão ampla sobre as medidas que podem ser adotadas para a preservação dos investimentos e dos milhares de empregos no Brasil.

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, foi bastante contundente ao fazer a defesa das empresas nacionais, revelando que a atual paralisa de investimentos pode quebrar as maiores empresas de engenharia do país, levando milhares de brasileiros ao desemprego, e alertou que o risco é do conjunto da sociedade.

"Tornar a sociedade ética não pode justificar torná-la mais pobre. É preciso punir todos os corruptos e salvar as empresas. Grandes obras nacionais serão executadas por empresas sem experiência ou por empresas estrangeiras, com sérios riscos para a nossa economia. Estaremos diante de um risco sistêmico. Impossível adiar decisões", alertou o presidente da Firjan.

As Entidades Sindicais também apoiam as propostas que visam desobstruir os canais de financiamento, mas alerta que isso deve ocorrer com as empresas honrando os compromissos trabalhistas e garantindo os postos de trabalho. *"É extremamente oportuna a iniciativa do Congresso Nacional de promover a união dos setores produtivos e do Estado. Não há um setor mais interessado em extirpar a corrupção do que os trabalhadores. É o nosso suor, e às vezes, o nosso sangue que vai pelo ralo. Temos que fazer o exercício do diálogo..."*, afirmou João Antônio de Moraes, Secretário de Relações Internacionais da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

As investigações da “Operação Lava Jato” resultaram, até o momento, na suspensão formal da contratação pela Petrobras de 25 empresas no Brasil. No universo destas 25 empresas, há 13 construtoras envolvidas nas mais importantes obras de infraestrutura econômica e em grandes empreendimentos do setor de petróleo e gás.

Há hoje em curso 109 obras de infraestrutura no País, duas gigantescas unidades de refino, duas plantas de fertilizantes e 31 contratações de embarcações junto a 18 estaleiros ameaçados de paralisação. São 144 empreendimentos no total. Somados, eles representam mais de 420 bilhões de reais de investimentos na economia brasileira. O setor de construção naval, com seus 18 estaleiros e sua cadeia de fornecedores, vê ameaçados investimentos acima de 100 bilhões de reais!

As empresas investigadas são grandes empregadoras e suas contratadas e subcontratadas arregimentam um contingente ainda maior de pessoas nas mais diversas funções e atividades econômicas, pois ao longo do tempo adquiriram *know-how* que as tornaram altamente competitivas, inclusive exportando tecnologia para 32 países.

A suspensão do crédito pelos Bancos, Fundos de Pensão e Fundos de Investimentos, o rebaixamento do grau de investimentos pelas agências internacionais de classificação de risco, e a interrupção de pagamentos pela Petrobras já atinge até mesmo empresas que nem sequer estão citadas nas investigações da “Operação Lava Jato”. Toda a cadeia de fornecedores tem sido impactada negativamente, em especial os estaleiros. São empregos de brasileiros que nada têm a ver com supostos atos ilícitos praticados por seus superiores.

Uma coisa é punir controladores ou executivos que incorreram em atos ilícitos. Outra, bem diferente, é permitir que empresas quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros, condenando ao desemprego currículos consagrados, juntamente com uma multidão de técnicos altamente especializados, bem como retirar o pão de cada dia da mesa dos dedicados trabalhadores das diversas cadeias produtivas de fornecedores da Petrobras, que formam o contingente de mão de obra qualificada deste País.

A quebra de centenas de empresas, bem como a perda de milhares de postos de trabalho, segundo o Presidente da Firjan, Sr. Eduardo Eugênio Gouvêa

Vieira, apontam dramaticamente para o momento *"de buscar soluções que não prejudiquem as investigações, punam os culpados, mas, acima de tudo, que preservem os trabalhadores"*. E não há como preservar os postos de trabalho sem preservar a viabilidade econômico-financeira das empresas e dos empreendimentos estruturantes, fundamentais para o crescimento do País. Então, a destruição das empresas brasileiras e do conteúdo nacional é uma estratégia nefasta e perigosa.

A desmontagem de grandes grupos empresariais nacionais é a desmontagem do próprio país. Sua quebra implicará em dificuldades que não podem ser menosprezadas para o sistema financeiro. Como bem disse Eduardo Eugênio, Presidente da Firjan, não há qualquer traço de alarmismo nesta afirmação: *"pelo nível de alavancagem de algumas empresas, sua inviabilidade econômica afetará diretamente as instituições que as financiaram. Estaremos diante de um risco sistêmico!"*

A "Operação Lava Jato", por si só, tem provocado reflexos diretos e negativos na rentabilidade de Fundos de Pensão e Fundos de Investimentos que têm ações na Bolsa de Valores, em razão desses Fundos terem aportado substanciais recursos, por meio de empréstimos, nos empreendimentos da Petrobras, que agora estão parados pelo meio do caminho.

Os impactos negativos que as demissões em curso têm provocado em municípios brasileiros, como é o caso do município de Macaé-RJ, no norte fluminense, conhecido como a "Capital do Petróleo" no Brasil, têm sido largamente difundidos pela imprensa nacional e atingem fortemente uma massa de mão de obra altamente qualificada por longos períodos de investimentos em capacitação e treinamentos.

Nessa direção, o jornal Correio Brasiliense, em seu Caderno de Economia, de 30 de março de 2015, ao tratar dos impactos negativos da "Operação Lava Jato" na economia, noticiou que em Pernambuco, só na refinaria Abreu e Lima - em construção, mais de 5,7 mil trabalhadores perderam o emprego. Revela também que mais de 20 mil trabalhadores em 38 empresas em 7 estados já perderam seus postos de trabalho. Em Itaboraí, no Rio de Janeiro, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que chegou a ter 35 mil trabalhadores em 2013, agora tem apenas 4,5 mil.

Vale registrar que empresas estrangeiras foram contra o modelo de partilha do pré-sal. Prestemos muita atenção nisso.

Diante de tudo isso, não podemos ficar parados! É hora de unirmos esforços!

Temos que encontrar soluções urgentes e imediatas para destravar o crédito e permitir que as empresas resgatem sua capacidade de investimento para, assim, evitar que o desemprego aumente, uma vez que o emprego é um dos grandes pilares da economia do País no enfrentamento da crise internacional que nos atinge.

Em síntese, precisamos nos mobilizar, num esforço conjunto dos diversos segmentos responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos da Petrobras, tais como o crédito, o setor público e produtivo e a mão de obra, para manter bilhões de investimentos em infraestrutura econômica e preservar os milhares de postos de trabalho no Brasil, e assim evitar uma nociva e indesejável paralisia econômica logo adiante.

Assim, o objetivo do **Grupo de Trabalho**, com funcionamento em formato de “Fórum Permanente” é encontrar saídas para evitar consequências danosas oriundas da interrupção injustificável dos contratos das empresas com a Petrobras, bem como a transferência para as empresas estrangeiras fora do Brasil de atividades até então tocadas por empresas brasileiras envolvidas na “Operação Lava Jato”, não se esquecendo que a principal delas – o desemprego em larga escala – que abrangeria, não apenas os trabalhadores das atividades-fim, mas também todos aqueles que operam nos subcontratos daí decorrentes.

Por fim, a Petrobras está rescindindo unilateralmente os contratos com empresas brasileiras que se quer estão sendo investigadas na “Operação Lava Jato”. Vou ainda mais longe. A Petrobras está enviando os nomes dessas empresas para a CGU e isso está prejudicando ainda mais as empresas. Elas estão ficando com os seus CNPJ “pendurados” e agora estão impedidas de receber crédito e contratar com empresas públicas. Isso é um absurdo!

Faz-se necessário adotar providências urgentes, e encontrar soluções técnica, jurídica, política e econômica imediatamente para garantir os investimentos em infraestrutura e manter os milhares de empregos.

PEDIDO

Por entendermos que o Parlamento deve exercer o protagonismo no enfrentamento e solução de problemas de tamanha gravidade e por esta Comissão Permanente possuir legitimidade em razão da matéria aqui discutida, é que propomos a constituição de um **Grupo de Trabalho**, com funcionamento em formato de “Fórum Permanente” e debates, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e com a Comissão de Minas e Energia, integrado por membros do Governo Federal, Presidentes de Empresas Estatais, Prefeitos, representantes dos Trabalhadores e do Empresariado, além de Entidades Não Governamentais, para debater, com conhecimento de causa, os impactos e os efeitos negativos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, definindo caminhos técnicos, políticos, jurídicos e econômicos para, sem prejuízo da punição aos responsáveis por atos ilícitos, barrar o desemprego em massa e evitar que empresas brasileiras quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros, e ainda coloquem em risco a engenharia e o conteúdo nacional, indutora de desenvolvimento do País.

Desse modo, em razão da importância estratégica da continuidade da Construção Naval no Brasil e das obras de infraestrutura econômica realizadas pelas maiores empresas do País, da necessidade de preservação da atividade econômica e da manutenção de milhares de empregos brasileiros, e ainda da preservação do conteúdo nacional, contamos com o inestimável apoio dos nobres pares desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para a aprovação deste requerimento e assim constituir esse **Grupo de Trabalho**, com funcionamento em formato de “Fórum Permanente” de debates.

Sala da Comissão, em 22 de junho de 2015.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**

PROS/MT